

SEM CAPITALIZAÇÃO, CRISE DO BRB PODE ATINGIR SAÚDE, EDUCAÇÃO, LAZER E OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DF

Quando se fala em colocar recursos no BRB, muita gente pode perguntar: “Por que o governo deve colocar dinheiro no banco?”. Mas a questão também precisa ser feita de outra forma: quanto custaria ao Distrito Federal deixar o BRB quebrar ou perder sua condição de banco público?

O BRB é patrimônio do Distrito Federal e participa da execução de serviços e políticas importantes para a população. Pelo banco passam benefícios sociais, pagamentos e o sistema de bilhetação do transporte coletivo. A instituição também oferece crédito a famílias, pequenos empresários e projetos que movimentam a economia e geram empregos.

Em um cenário extremo de intervenção, Regime de Administração Especial Temporária (RAET), privatização ou perda de capacidade do banco, estimativas apresentadas no debate público apontam impactos que podem chegar a R\$ 74 bilhões. O valor considera a dimensão dos ativos, das

captações e das obrigações da instituição. Não se trata de uma perda já confirmada, mas de um alerta sobre o tamanho do risco.

Se parte relevante dessa conta recair sobre o Distrito Federal, o impacto poderá atingir o orçamento destinado a hospitais, unidades de saúde, escolas, creches, assistência social, cultura, esporte, lazer e outras políticas públicas.

Por isso, discutir a capitalização não significa simplesmente “dar dinheiro ao BRB”. Também é preciso avaliar quanto custaria não agir. Se tecnicamente necessário, qualquer aporte deve ser acompanhado de transparência, controle, fortalecimento da governança e informações claras sobre a situação financeira do banco.

Quem tomou decisões que levaram o BRB à crise precisa ser identificado e responsabilizado. A conta não pode ser transferida para a população nem para os trabalhadores. Defender o BRB é proteger um patrimônio público, os empregos e a capacidade do Distrito Federal de manter serviços essenciais.



E, AFINAL, O QUE A GOVERNADORA FOI FAZER NA FARIA LIMA?

A ida da governadora Celina Leão à Faria Lima, em São Paulo, para buscar apoio do mercado à recuperação do BRB precisa ser explicada em detalhes à população do Distrito Federal. Segundo informações divulgadas pela imprensa, as reuniões trataram de alternativas para reforçar a liquidez e o capital do banco.

A pergunta central é direta: foram discutidos apenas empréstimos e formas de capitalização que preservem o controle público do BRB ou também existem propostas de participação do capital privado?

A governadora precisa informar com quem se reuniu, quais alternativas foram apresentadas, que condições estão sendo negociadas e quais consequências cada proposta pode trazer para o futuro do banco. O BRB é patrimônio público, e decisões dessa dimensão não podem ocorrer sem transparência.

O episódio envolvendo a Quadra Capital reforça a necessidade de respostas objetivas. Em maio, Celina afirmou publicamente que a gestora havia realizado um primeiro depósito de aproximadamente R\$ 1 bilhão no BRB. Em julho, porém, as negociações para a criação de um fundo de R\$ 15 bilhões foram encerradas, e o banco informou que os valores iniciais previstos na operação não haviam sido transferidos.

É preciso esclarecer se o R\$ 1 bilhão anunciado entrou efetivamente no banco, qual foi a

natureza desse pagamento, o que chegou a ser assinado e por que as informações divulgadas ao longo da negociação não coincidiram.

Essas respostas não são detalhes de uma operação financeira. Elas dizem respeito ao patrimônio do Distrito Federal e à credibilidade de quem conduz as tratativas.

Se o BRB permanecerá sob controle público, a governadora deve assumir esse compromisso de forma clara. Se há outras propostas em análise, a população também precisa conhecê-las.

O BRB não pertence a um governo. Seu futuro não pode ser decidido em reuniões fechadas, sem que a sociedade saiba o que está sendo negociado em seu nome.





SOLIDARIEDADE CHEGA À CEILÂNDIA NORTE

O Sindicato dos Bancários de Brasília entregou ao Quilombo Urbano Casa Akotirene, em Ceilândia Norte, roupas arrecadadas em Goiânia pela Irmã Cida e seu esposo o Sr. Gildo. Parceira do Sindicato, a Casa Akotirene desenvolve ações voltadas à comunidade, especialmente às mulheres negras, mães solo e seus filhos.

O Quilombo urbano oferece cursos de qualificação que contribuem para a geração de renda e a entrada no mercado de trabalho, como cabeleireiro e barbeiro, informática, corte e costura, entre outros.

A iniciativa é resultado da rede de apoio construída pelo Sindicato nos últimos anos, aproximando entidades, parceiros e projetos que atuam diretamente nas comunidades.

Para **Robson Neri**, diretor do Sindicato e responsável pela Secretaria de Relações com a Comunidade, a união entre as entidades amplia o alcance das ações de solidariedade.

“Quando a gente junta forças, a solidariedade chega mais longe. O Sindicato construiu

uma rede de parceiros para ajudar quem mais precisa. A Casa Akotirene realiza um trabalho importante e merece todo o nosso apoio. Um forte abraço à irmã Cida e ao senhor Gildo, de Goiânia, por fazerem parte dessa corrente”, afirmou.

É o Sindicato presente na comunidade, ajudando a transformar solidariedade em oportunidade e dignidade.

CONHEÇA A CASA AKOTIRENE

Aponte a câmera
do celular para o
QR Code e acompanhe
o trabalho da entidade
no Instagram.



É HORA DE RECONSTRUIR A CONFIANÇA NO BRB

**O BRB não é banco de político.
É patrimônio do povo do Distrito Federal.**

A crise envolvendo o Banco Master e as decisões tomadas no período em que Ibaneis Rocha era governador e Celina Leão ocupava a vice-governadoria precisam ser esclarecidas. O problema não surgiu agora nem pode ser apresentado como algo separado da gestão que comandava o Distrito Federal quando as operações foram realizadas.

Ibaneis precisa explicar as decisões tomadas durante seu governo. Celina, que integrava aquela gestão e hoje está à frente do GDF, acionista controlador do BRB, tem a obrigação de abrir as informações, assegurar a apuração dos fatos e apresentar soluções para recuperar o banco.

Se houve erro, omissão ou irregularidade, os responsáveis precisam ser identificados e responder por seus atos, independentemente do cargo ocupado ou de interesses políticos.

A população, os trabalhadores do banco, aposentados, servidores e famílias que dependem dos serviços do BRB não podem pagar essa conta.

Defender o BRB não é defender governo, dirigente ou político. É defender o patrimônio público e exigir transparência, investigação e responsabilização.

O BRB não é de Ibaneis. Não é de Celina. Não é de nenhum governo. O BRB é do povo do Distrito Federal.

O QUE PRECISA SER ESCLARECIDO?

- ▶ **Quem autorizou e acompanhou as operações envolvendo o Banco Master?**
- ▶ **Quais alertas chegaram ao BRB e ao Governo do Distrito Federal?**
- ▶ **Qual é o impacto financeiro real das decisões tomadas?**
- ▶ **Quais medidas serão adotadas para recuperar o banco e preservar seu controle público?**

**DEFENDER O BRB
NÃO É DEFENDER
GOVERNOS.
É DEFENDER O
PATRIMÔNIO PÚBLICO.**

EXPEDIENTE
BANCIÁRIO
CIDADÃO

BANCIÁRIOS DF
Instituto dos Bancários do Brasil

Filiado à
CUT
Central Única dos Trabalhadores

CONTRAF Centro Norte
FETECUT Centro Norte

Presidente Rodrigo Britto | Secretário de Imprensa Ronaldo Lustosa | Conselho Editorial Rafael Saldanha (BB),
Rafael Torres (Caixa), Robson Neri (BRB) e José Garcia (Bancos Privados) | Editor Renato Alves
Redação Victor Queiroz (colaboração) | Diagramação Valdo Virgo | Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A, Asa Sul,
CEP 70383-400 | Contatos (61) 3262-9090 | redacao@bancariosdf.com.br | Tiragem 10.000 | Distribuição gratuita
Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

Acesse o QR code e
acompanhe nossas
atividades através
das mídias sociais

  
bancariosdf.com.br

